

FH faz defesa da união nacional

■ Presidente diz que país agora depende de suas próprias forças

PAULO MUSSOI

BRASÍLIA – No terceiro pronunciamento público desde o início da crise de desestabilização do Real, há uma semana, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem o estabelecimento de uma aliança entre o governo e o Congresso Nacional para concluir a aprovação de todas as medidas do ajuste fiscal – inclusive o projeto de lei que amplia a contribuição previdenciária dos servidores federais – antes do início da próxima legislatura. Ao lado do vice-presidente, Marco Maciel, e dos presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, o presidente fez um apelo pela união nacional contra a crise econômica e afirmou que, após a decisão de liberar o câmbio, a aprovação do ajuste tornou-se ainda mais decisiva para que o país possa baixar as taxas de juros e retomar o crescimento econômico.

O presidente Fernando Henrique admitiu que a âncora do Real, agora, é fiscal e afirmou que o país não está mais vulnerável ao capital estrangeiro. “Estamos mais dependentes de nós próprios”, disse o presidente, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, depois de se reunir com os presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), para traçar a estratégia do mutirão que o Congresso fará para votar, no mais breve espaço de tempo possível, as medidas do ajuste fiscal.

Rapidez – “Daqui por diante, as taxas de juros se desprendem da taxa de câmbio e ficam com grau de liberdade bem maior. Em compensação, ficam mais sujeitas à expectativa e à realização do ajuste fiscal. Vamos resolver rapidamente aquilo que está em pauta esta semana”, disse Fernando Henrique, que também pediu a colaboração de estados e municípios nesse processo. “Esse ajuste não pode ser só do governo federal, tem que ser coordenado com os interesses do



Ao se referir à questão da dívida dos estados, o presidente afirmou que “não se trata de um braço de ferro, mas de união de todos pelo bem do país”

país”, declarou o presidente.

Na entrevista concedida ao lado de ACM, Temer e do vice-presidente da República, Marco Maciel, Fernando Henrique defendeu as decisões da equipe econômica tomadas na semana passada e ontem mudando os rumos da política do Real. Ele disse que com a liberação do câmbio, o Brasil “deixou de ser” a bola da vez na crise econômica mundial. Fernando Henrique afirmou que o Brasil mudou nos últimos quatro anos e classificou a crise econômica que o país está atravessando como “nuvens passageiras”. O presidente afastou ainda qualquer risco de retorno da ciranda inflacionária que, segundo ele, é coisa do passado. E disse que a mudança na política cambial protegerá mais a economia brasileira dos especuladores estran-

geiros. “A partir de agora, o que nós fizermos é o que terá efeito, e não o que os especuladores fazem. Então, é melhor”, afirmou.

Indexação – O presidente minimizou o impacto da volta da inflação – que deverá atingir cerca de 6% ao ano, segundo estimativas do próprio governo – novamente com uma análise otimista. “Nossa economia não é mais indexada. Não há preço a ser movido nesse momento, eu eu espero que não haja no futuro também. E nós vamos vigiar isso tudo com muito cuidado”, afirmou, para depois ameaçar repreender as indústrias brasileiras que aumentarem seus preços com a redução das alíquotas de importação. “Se alguns industriais pediam para que nós subíssemos tarifas, nós podemos também baixá-las. É só começar

a brincar com o preço, que eu baixo as tarifas. Basta um decreto meu”.

Em sua defesa pelo ajustamento da economia, o presidente reafirmou a presença do ministro da Fazenda, Pedro Malan, no governo. “O ministro Malan está neste momento nos EUA fazendo o possível e o impossível para manter a credibilidade do país. Seria uma insensatez imaginar que o presidente fosse cogitar em mudá-lo”, disse. Fernando Henrique reconheceu, entretanto, que só autorizou a mudança na política cambial quando não havia mais como impedir a desvalorização do Real.

Momento – “Eu fiz o possível e o impossível para evitar que houvesse uma ruptura abrupta do regime cambial. Porque, até então, nos parecia que era a melhor maneira de proteger

a economia brasileira, e manter o poder de compra do real. Mas os governos têm que agir de acordo com as circunstâncias. E o que é bom num momento pode ser menos bom num momento seguinte”, declarou.

O presidente não conseguiu esconder sua preocupação com a crise gerada pelos estados em débito com a União, que se recusam a pagar suas dívidas sem uma renegociação. Ao pedir que o esforço pela aprovação do ajuste fiscal tenha a participação dos estados e dos municípios, ele lembrou que não se pode ver o ajuste “em termos de União versus estados”. “Não se trata de um braço de ferro, de uns contra os outros, mas de união de todos nós que queremos o bem do Brasil. Isso requer coragem, disposição e consciência”, pediu.